

1
2
3 **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**
4 **COMITÊ GESTOR DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR - CGASS**
5 **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**
6
7
8
9

10 Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e doze, às nove horas e trinta
11 minutos, na sala de reunião número dois da Secretaria de Relações do Trabalho,
12 situada no sétimo andar do Bloco C, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, deu-
13 se início aos trabalhos da vigésima terceira Reunião Ordinária do Comitê Gestor
14 de Atenção à Saúde do Servidor, encontrando-se presentes: Sérgio Antonio
15 Martins Carneiro, Coordenador do CGASS – Titular, representante do Ministério
16 do Planejamento, Orçamento e Gestão; Maria Letícia Oliveira de Azeredo - Titular,
17 representante do Ministério da Educação; Danilo Piva - Suplente, representante do
18 Ministério do Trabalho e Emprego; Maria Abadia de Oliveira Silvestre – Suplente,
19 representante do Ministério da Fazenda; Clara Regina Huguenin de Araújo –
20 Titular, representante do Ministério da Previdência Social; Edson José Santos
21 Sousa – Suplente, representante do Ministério da Justiça; Heloisa Marcolino -
22 Titular, representante do Ministério da Saúde, também presentes Giane Rodrigues
23 Costa Ribeiro DESAP/SEGE/MP, Zuleide M. P. de Souza SAMES/MTE,
24 Ronneyla Nery Silva DDST/AIDS/HV/MS; Lucia Helena B. Dal'ava MPS, Regina
25 Célia Mendes dos Santos Silva CGPNI/MS . **1– Discussão e Aprovação da Ata**
26 **da 22ª reunião do CGASS e assinatura da Ata da 21ª reunião já aprovada.** O
27 **Coordenador** do Comitê inicia a reunião solicitando de Danilo a leitura da ata da
28 reunião anterior. Sugeridas as correções pelos membros presentes, deu-se como
29 aprovada a Ata da 22ª RO para assinatura na reunião seguinte. **2. Informes:** O
30 **Coordenador** solicita a inversão da pauta para discutir imunização. Informa que o
31 Decreto da CISST voltou ao Departamento com a solicitação que se aguardasse o
32 momento propício para sua publicação. Informa que o Ministério da Fazenda
33 cedeu um prédio no setor comercial sul para instalar uma unidade do SIASS, e
34 que a idéia é agrupar nesse espaço, o Ministério da Justiça, Fazenda, Educação,
35 CGU, juntamente com a FUNASA e seus partícipes. Informa, que também tem
36 uma proposta de se instalar outra unidade no final da W3 sul, em área a ser
37 cedida pela ABIN. **Lúcia** pergunta quem serão os gestores dessas novas unidades
38 e é respondido que o processo voltará a ser discutido no CGASS, sendo que a
39 princípio, a unidade do setor de autarquia sul ficaria vinculada a FUNASA, pois
40 ainda não se chegou a uma solução própria e definida dessa questão. O
41 **Coordenador** passa a discussão da imunização, solicitando que os presentes
42 passassem a se apresentar. Feito a apresentação, **Célia**, representante do
43 Ministério da Saúde, passou a explanar sobre a política de imunização. Diz que é
44 necessária uma discussão para incluir essa nova demanda no planejamento para
45 novas aquisições da vacina. **Heloísa** diz que deve ser obedecida as diretrizes da
46 política nacional do MS para essa área. **Célia** informa que deve haver uma
47 negociação para que se amplie a demanda para outros servidores. **Clara** diz que a
48 discussão é saber se podem incluir os servidores públicos na demanda do
49 Ministério da Saúde. **Célia** diz que levará a discussão para a coordenação do

1 programa de imunização, salientando que não tem sentido cada ministério
2 comprar a vacina separadamente. O Coordenador diz que se tivesse vacina
3 suficiente, o ideal é que todos fossem vacinados, mas como é limitado, devem-se
4 priorizar os grupos de risco cobertos pelo MS. Diz que o importante agora é incluir
5 os servidores públicos, em resposta à responsabilidade do Estado empregador
6 que cuida de seus trabalhadores. Letícia informa que no MEC a discussão é
7 técnica, pois não há problema de orçamento, dizendo que o MS deve comprar a
8 um preço menor. O Coordenador diz que o objetivo é vacinar todos os servidores
9 públicos cobertos, pois se comprando em escala o custo cai, diminui o
10 absenteísmo e assim contribui-se para promoção à saúde. Ronneyla informa que
11 a hepatite B tem morbidade dez vezes maior que a AIDS e é passível de
12 vacinação em três doses, o que a torna um pouco mais difícil. Diz que essa
13 doença tem concentração maior em alguns Estados onde a atenção é maior. O
14 Coordenador salienta que não é incluída a padronização desses procedimentos
15 junto às unidades do SIASS. Ronneyla informa que a vacina é disponível durante
16 o ano todo nos postos de saúde para indivíduos na faixa etária até vinte e nove
17 anos. Diz que, quem fornece a vacina é o Estado (GDF) aplicada em três doses.
18 Informa que o problema do influenza é a aquisição limitada, não verificando esse
19 problema na aquisição das outras vacinas. O Coordenador sugere uma conversa
20 com a Coordenação Geral do programa e solicita que se convide alguém do GDF
21 para a próxima reunião. Célia pergunta quem deve ser vacinado e é informada
22 que todos os servidores da ativa em nível nacional. O Coordenador diz que requer
23 uma discussão técnica e política para definir estratégias para vacinação de uma
24 população em torno de quatrocentos mil servidores públicos, e que implica em
25 uma ação ocupacional como no caso do exame periódico. Terminada a discussão
26 Abadia indaga sobre o custo e o projeto de reforma do prédio localizado no setor
27 de autarquia sul que abrigará a unidade do SIASS, e é informada pelo
28 coordenador que no fórum dos SPOAS será discutida a contrapartida dos órgãos
29 partícipes da unidade. Curso de QVT o Coordenador informa do aumento para
30 trezentos e cinquenta vagas no curso e que serão capacitadas três turmas. Clara
31 pergunta se tem algum curso programado na área de psicologia e é informada que
32 estão conversando com duas universidades, UFRN e UFES, sobre o assunto.
33 Quanto a alguma capacitação na área do serviço social, informa que ainda não há
34 nada encaminhado e que aguarda sugestões e colaborações dos presentes.
35 Quanto a MP 568, informa que estão sendo retiradas as questões relativas aos
36 médicos e adicionais ocupacionais, salientando a necessidade de corrigir mais à
37 frente essa injustiça onde à saúde de quem ganha mais vale mais que a de quem
38 ganha menos, mesmo estando exposto ao mesmo risco. Quanto a PLOA 2013,
39 informa que estão fazendo um estudo para incluir os benefícios para o ano que
40 vem. Quanto à distribuição da GSISTE, informa que estão sendo definidos os
41 critérios, dizendo que a GSISTE não resolve o problema, não acaba com as
42 diferenças salariais e nem tão pouco esgota a discussão da carreira, não tendo
43 papel resolutivo, mas diminui o problema, visto que no SIASS existem servidores
44 de diversas carreiras, o que requer muito cuidado na administração dessas
45 questões. Diz que os critérios estão sujeito a Lei da GSISTE já existente e não à
46 lei do SIASS. Informa que está sendo criado uma estratégia no sistema
47 informatizado para monitorar os locais para onde estão indo a GSISTES, de
48 maneira que ela fique vinculada a UORG, sendo controlada no nível central. Giane
49 informa ser necessário um Decreto vinculando o quantitativo de GSISTE à

1 Secretaria de Gestão Pública para depois repassá-las aos órgãos partícipes do
2 SIASS por meio de portaria. Diz que foi enviada uma orientação para todos os
3 órgãos, para que sejam levantados todos os servidores em exercício no SIASS
4 aptos a receberem a gratificação. Diz que o primeiro critério é que o servidor
5 esteja em exercício efetivo na unidade, o segundo que a gratificação venha a
6 diminuir as diferenças salariais e em terceiro que se procurasse contemplar toda a
7 equipe multiprofissional dentre outros. Diz que está sendo feito um levantamento
8 para saber quais os servidores estão habilitados a receber a gratificação em nível
9 nacional. Houve consenso no CGASS da importância de se dar transparência ao
10 rol de servidores que vierem a receber a GSISTE, bem como do quantitativo
11 disponibilizado para cada uma das unidades, devendo ambas as informações
12 serem disponibilizadas no Portal do SIASS. Chamou-se a atenção para que se
13 discuta melhor a questão da GSISTE vinculada ao órgão, pois com a saída do
14 servidor do SIASS, terá que ser feita nova portaria repassando a gratificação para
15 um servidor do mesmo órgão ou para um outro órgão que venha a colocar um
16 servidor em exercício na unidade do SIASS. É importante desenhar esse fluxo
17 com bastante clareza. Quanto a Recomposição da Força de Trabalho, o
18 Coordenador informa que no primeiro levantamento eram mil e seiscentos
19 servidores distribuídos por categorias profissionais e atividade, em nível nacional.
20 Na segunda proposta foi para mil cento e seis profissionais, levantados em um
21 trabalho de geoprocessamento que está definindo a quantidade de servidores por
22 região e verificando o sobreamento entre unidades localizadas em determinada
23 área urbana, inclusive chegando à conclusão de que algumas unidades podem ser
24 agrupadas em função da cobertura e do raio de abrangência dos servidores
25 atendidos. Diz que no momento estão trabalhando com o quadro possível, pois o
26 ideal ficou muito alto. No momento, está se fazendo a previsão orçamentária para
27 o ano que vem. Esse trabalho vem sendo feito com muito cuidado, pois ainda tem
28 muitas pessoas que não entendem a lógica do SIASS. Danilo solicita que se
29 discuta uma mudança na Lei 8.112/90 para dar clareza a questão da redução do
30 horário especial e da obrigatoriedade da compensação. Informa que tramitou um
31 processo em seu setor de uma mãe com o filho doente em que esta sendo muito
32 sofrido resolver a questão do horário especial e da obrigatoriedade da
33 compensação de hora. Fátima Guimarães, do MJ, justificou sua ausência à
34 reunião em razão de demandas extemporâneas de trabalho em sua Pasta. Foi
35 agendada a próxima reunião para o dia 31 de agosto de 2012, às nove horas da
36 manhã, no endereço acima. Por fim, a palavra foi concedida àqueles que dela
37 quisessem fazer uso e, não existindo manifestações, o Coordenador encerrou a
38 reunião, que foi lavrada por mim Salvio Romero Pereira Botelho na presente ata,
39 lido este instrumento assinam. Brasília, vinte e nove de junho de 2012.
40 XXX
41
42
43

Sérgio Antonio Martins Carneiro – Coordenador/MP

Danilo Piva – Suplente/MTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25

Maria Abadia de Oliveira Silvestre – Suplente/MF

Clara Regina Huguenin de Araújo – Titular/MPS

Edson José Santos Sousa – Suplente/MJ

Maria Letícia Oliveira de Azeredo – Titular/MEC

Heloisia Marcolino – Titular/MS